



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 27 de julho de 2012

JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	1
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO O ganho fiscal do governo quando estimula o crescimento	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO 13º salário.....	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Sefaz	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Mercado	5
A CRITICA Doenças ocupacionais	6
ECONOMIA	
A CRITICA Segundo semestre	7
ECONOMIA	
A CRITICA Atingidos pela cheia	8
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Greve retém embarcações com insumos em Manaus.....	9
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Vítimas de acidentes, 7 mil trabalhadores buscam INSS.....	10
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO ALTERNATIVA	11
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Estado deve arrecadar R\$ 18 milhões em ICMS	12
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Governo federal já investiu R\$ 324 bi na segunda etapa do PAC.....	13
BRASIL	

Frente & Perfil

Evadin

Empresa que no início de 2010 teve que zerar o número de funcionários, hoje em plena fase de expansão, está gerando mais de 104 postos de trabalho, produzindo para a chinesa ZTE e para a italiana Olivetti, molden e celular. Até o final de agosto será a vez de câmeras digitais. É a volta por cima, acreditando ainda mais no modelo Zona Franca.

Verticalização

Muitas empresas estão deixando de terceirizar, é o caso da LG Electronics que produz em sua unidade sem terceirização, pelo visto é um caminho para tornar-se mais competitiva ou um novo conceito de administrar. O problema que essa atitude das grandes acaba de vez com os pequenos fornecedores, principalmente, de componentes. E aí, o desemprego é inevitável.

Atenção redobrada

Por causa disso é que tem dirigente de entidades empresariais anunciando um verdadeiro caos no PIM. Exageros à parte, é preciso que se tenha uma atenção redobrada com relação aos caminhos que serão seguidos pelas autoridades para que cessem, ou pelo menos diminuam as demissões.

E os federais?

E enquanto as demissões agravam mais a crise no PIM, a bancada federal do Amazonas parece que não existe. Nenhuma voz, tirando a do Romário, se levanta em defesa dos interesses do Estado.

O ganho fiscal do governo quando estimula o crescimento

JOSÉ RICARDO RORIZ COELHO*

O PIB brasileiro cresceu apenas 2,7% em 2011. Desconsiderado 2009, pico da crise econômica mundial, esse foi o pior desempenho desde 2003, quando a expansão foi de 1,15%.

O que explica a sofrível performance econômica é, sobretudo, o fato de a expansão do consumo e investimento ter sido absorvida, na maior parte, pelas importações, em especial da indústria de transformação (em 2011, os ingressos totais de bens aumentaram 24,5% em dólar). Isso foi determi-

nante para a estagnação da manufatura, cujo PIB evoluiu apenas 0,1%.

Por outro lado, a manutenção da tendência de aumento da demanda é incerta. A expansão do crédito, um dos elementos determinantes, pode estar próxima do esgotamento, a julgar pela avaliação do Banco Central de que a parcela da renda mensal dos brasileiros comprometida com o pagamento de dívidas atingiu 22,3% em março.

Com a instabilidade econômica mundial e incerte-

zas internas, o investimento produtivo tem sido afetado. A Formação Bruta de Capital Fixo recuou de 19,5% do PIB, no primeiro trimestre de 2011, para 18,7% no mesmo período de 2012. De acordo com pesquisa Decomtec/Fiesp de Intenção de Investimento, este deverá cair pouco em 2012, mas os aportes industriais em máquinas, equipamentos e instalações despencarão em 11%.

Dois fatores podem contribuir para que o consumo interno não caia significativamente: a redução dos juros e a disposição dos bancos de elevar a concessão de crédito. Isso, porém, é insuficiente para reativar o investimento.

É necessário recuperar a competitividade da indústria, o que o governo tentou realizar com o Plano Brasil Maior (PBM), criticado em função das medidas dirigidas a setores específicos e de um pretenso custo fiscal.

Tais observações não resistem a uma análise mais detalhada. No total, as medidas envolvem R\$ 57,9 bilhões, sendo R\$ 29,2 bilhões (50,4% dototal) para crédito. Todavia, aportes do Tesouro no BNDES não são subsídios, pois geram ganhos fiscais devido à expansão do produto e da renda e aumento da capacidade produtiva, além de elevar o lucro do banco, conforme comprova estudo do IPEA (Texto para

discussão nº 1.665, de 2011). Dentre os recursos, R\$ 21,0 bilhões (36,2% do total) referem-se a medidas tributárias, sendo que somente R\$ 14,8 bilhões (25,5% do total) envolvem desonerações tributárias para a indústria. Outros R\$ 7,8 bilhões (13,4% do total) objetivam incentivar o consumo, sendo que uma parte disso (R\$ 3,9 bilhões) refere-se ao orçamento para compras governamentais.

A única medida tributá-

ria que incide diretamente nos custos de produção da indústria é a desoneração da folha de pagamentos, de R\$ 14,8 bilhões, entre 2012 e 2014. Assim, o PBM desonera a manufatura em apenas 0,11% do PIB até 2014, ou 0,95% da carga tributária do setor, sem considerar o aumento da arrecadação gerado pela expansão no período. A título de comparação, a arrecadação tributária do setor foi de 33,9% do total da carga em 2010.

*Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Plástico (Abiplast) do Conselho da Vitopel, Vice Presidente da Fiesp e diretor do Departamento de Competitividade.

13º salário

Injeção de recursos anima varejo

Pagamento de parcela do benefício trabalhista de fim de ano dá alento para os lojistas às vésperas do Dia dos Pais

A injeção de R\$ 141 milhões referente à primeira parcela do 13º salário paga a 123 mil servidores públicos - municipais e estaduais - até a próxima segunda (30 de julho), trará um 'alento' para as vendas do Dia dos Pais. A afirmação é do vice-presidente da Fecomércio-AM (Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas), Aderson Frota.

A entidade projetou um crescimento de 4% para a data, percentual considerado tímido, mas satisfatório tendo em vista as turbulências enfrentadas pelo setor no primeiro semestre deste ano.

"A injeção deste capital dá um ânimo para o setor e nos faz crer em um crescimento não apenas para o dia dos pais quanto para agosto, além de um incremento razoável no final deste ano", projetou otimista, Aderson Frota.

Apesar de acreditar que a proximidade da data vai ajudar os comerciantes, que já passaram por problemas como o enchente recorde do rio Negro e a desativação do terminal da matriz, o presidente da FCDL-AM (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Amazonas), Ezra Benzion, diz não poder afirmar que haverá um crescimento superior aos 4% previstos pela Fecomércio-AM. "uma vez que essa previsão já contempla a injeção do 13º salário. Não creio que o incremento no volume de vendas vai ultrapassar esse percentual", ponderou.



Foto: Walter Mendes

Benzion lembra que, historicamente, uma parte do dinheiro recebido pelo funcionário é usada para pagar dívidas

Em comparação ao ano passado, por exemplo, quando a liberação do crédito ainda era grande e o consumo intenso, as vendas registraram um aumento de 5,5% na semana que antecedeu a data comemorativa, aproximadamente R\$ 66 milhões gastos em presentes para os pais. A cifra superou em 0,5% a meta de 5% estabelecida por entidades do varejo na época.

Já neste ano, o economista e vice-presidente do Corecon-AM (Conselho Regional de Economia do Amazonas), Francisco de Assis Mourão Junior, estima que devido às circunstâncias de

endividamento do consumidor apenas 20% do total injetado, ou seja, R\$ 28,2 milhões, será destinado às compras no comércio e 80% (R\$112,8 milhões) para o acerto de contas com o SPC (Serviço de Proteção ao Crédito) e outras entidades de cobrança.

Dívidas

Benzion lembra que, historicamente, uma parte do dinheiro recebido pelo funcionário é usada para pagar dívidas. "Acredito que nesse caso não será diferente".

A atitude de quitar os débitos é considerada positiva pe-

los especialistas, já que o índice de inadimplência no Amazonas segue alto. Segundo os dados mais recentes divulgados pela CDL-Manaus (Câmara dos Dirigentes Lojistas de Manaus), o Estado encerrou o mês de junho com índice de inadimplência em 3,6%. O saldo foi de 3.720 pessoas nas listas do SPC.

No acumulado entre janeiro e junho, o total de inadimplentes do Estado somam 40.289 consumidores no 'vermelho'.

Pagamentos

A primeira parcela do 13º salário para os funcionários do Executivo e Legislativo estadual

somam R\$ 105 milhões. O montante, distribuído por 93 mil servidores equivale a um salário individual médio de R\$ 1,13 mil. Os pagamentos devem ser efetuados até esta sexta-feira, 27.

A Prefeitura de Manaus, por sua vez, será responsável pelo pagamento de R\$ 36 milhões até o dia 30 a 30 mil estatutários, temporários e comissionados do município, com salário médio de R\$ 1.200 para cada servidor.

A primeira parcela é liberada sem a dedução dos impostos, o que só acontece na segunda parcela paga no último bimestre do ano.

Dados

PESQUISAS

2011

> A média de gasto por consumidor foi de R\$ 85. O segmento mais procurado foi o vestuário, seguido do de calçados e telefones celulares.

> Segundo a CDL-Manaus, apenas 10% das vendas realizadas na semana que antecedeu o Dia dos Pais, foram pagas à vista (dinheiro ou débito) pelos consumidores. As compras com o cartão de crédito representaram 50% e as opções de pagamento com carnê e cheque ficaram em 30% e 10% respectivamente.

2012

> levantamento da CDL-Manaus indica que os manauaras pretendem gastar uma média de R\$ 160 por presente;

> Estudo da Fecomércio-AM aponta que 5,8% da população ainda não tem certeza sobre por qual presente optar;

A intenção de compras no comércio formal do Centro ainda prevalece, com 44,7% das preferências, enquanto 29,8% preferem os shoppings e 19,6% os comércios de bairro.

Sefaz

Nota eletrônica para o varejo entrará em fase piloto

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM) informou na quinta-feira (26), que a Nota Fiscal de Consumo Eletrônica (NFC-e), uma alternativa para o Cupom Fiscal, entra na fase piloto a partir de setembro deste ano nos Estados do Amazonas, Acre, Sergipe, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e São Paulo. A expectativa é de que seja adotada na maioria dos Estados brasileiros em 2013.

A mudança que irá padronizar os registros de operações no comércio varejista terá como base os parâmetros da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em vigor no país desde 2008. Embora não seja obrigatória a migração, os técnicos da Sefaz-AM acreditam que a maioria das empresas adotem a nova ferramenta por causa das facilidades.

A NFC-e tem como objetivo apresentar uma alternativa

para os documentos fiscais existentes e fortalecer a fiscalização eletrônica do varejo. As secretarias de Fazenda receberão as informações tão logo ocorra o fato gerador. A interferência no ambiente do contribuinte será mínima à medida que o fisco estadual não precisará vistoriar máquinas para obter as informações que estarão disponíveis no ambiente virtual.

Na última reunião do grupo

de Estados da fase piloto, realizada em Porto Alegre, no dia 27 de junho, 13 Estados brasileiros enviaram representantes para acompanhar a evolução dos trabalhos e propor soluções. A iniciativa privada também participa das discussões. Empresas que irão participar da fase de homologação estiveram presentes para contribuir com propostas que operacionalizem o sistema de forma mais ágil, com menor custo e

eficiente na aplicabilidade.

Homologação – O Amazonas juntamente com Sergipe, Maranhão, Acre, Mato Grosso e Rio Grande do Sul irão executar o projeto piloto em setembro. Nessa fase, conhecida como homologação serão promovidos os devidos ajustes a fim de que a NFC-e possa entrar em processo de produção no mês de outubro.

Os Estados que irão participar da homologação terão uma

reunião técnica, em Manaus, nos dias 28 e 29 de agosto para discutir os procedimentos que serão adotados na fase piloto.

Nove empresas amazonenses já se cadastraram para operar em parceria com a Sefaz-AM para implantar no Estado a nova ferramenta para o varejo: Lojas Bemol, Mirai Panasonic, Makro Atacadista, Atacado Atack, Grupo SB, Grupo Tapajós, Top Internacional, Comepi.

Mercado

Nokia abandona novo software para celulares baratos

Abandono significa que fabricante corre o risco de perder posição no mercado de celulares de preço intermediário

A fabricante finlandesa de celulares Nokia abandonou um projeto de software criado para disputar mercado contra os celulares de baixo preço equipados com o sistema operacional Google Android, informaram três fontes com conhecimento direto dos planos da companhia.

A Nokia esperava que a plataforma de software baseada no Linux, conhecida pelo codinome Meltemi, substituisse o antigo sistema série 40 nos celulares de preço intermediário, mas desistiu do projeto como parte de sua forte campanha de corte de custos.

O abandono da plataforma

significa que a Nokia corre o risco de perder sua forte posição no mercado de celulares de preço intermediário, com preços de US\$ 100 a US\$ 200. A Nokia detinha mais de 20 por cento desse mercado no primeiro trimestre, de acordo com o grupo de pesquisa IDC.

Stephen Elop, o presidente-



Plataforma série 40 da Nokia aciona cerca de 2 bilhões de celulares

executivo da Nokia, mencionou o Meltemi em um vídeo que vazou para a imprensa na metade de 2011, mas a empresa jamais havia confirmado a existência do projeto. A Nokia se recusou a comentar na quinta-feira.

A companhia anunciou 10 mil demissões em junho - um quinto de seus funcionários do setor de

telefonias - como parte de seus esforços para sair do vermelho. As negociações quanto às demissões devem ser concluídas esta semana na Finlândia.

Uma das fontes, que trabalha em um fornecedor da Nokia, disse que os planos originais previam a existência no mercado de celulares equipados com o

Meltemi a essa altura.

Celulares inteligentes como o Apple iPhone, que servem como plataforma a aplicativos desenvolvidos por terceiros, têm registrado o mais forte crescimento do setor. Mas os celulares intermediários, que têm suporte limitado a software de terceiros, ainda são os líderes do mercado em volume.

A plataforma série 40 da Nokia aciona cerca de 2 bilhões de celulares, o que a torna o sistema de maior presença no mercado. Mas o sistema não oferece recursos semelhantes aos de um celular inteligente, algo que o Meltemi poderia oferecer.

A Nokia abandonou sua plataforma própria para celulares inteligentes no ano passado, preferindo adotar o Microsoft Windows Phone, mas até agora a estratégia teve impacto limitado, em parte devido ao alto preço dos celulares que o utilizam.

Doenças ocupacionais

Mais de 1,4 mil afastados

Plano lançado ontem prevê ações públicas de prevenção, assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador

RENATA MAGNENTI

renatamagnenti@acritica.com.br

Este ano, até junho, 1.496 trabalhadores foram afastados de suas atividades em decorrência de doenças ocupacionais, segundo o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A média é que cada trabalhador ficou 62 dias ausente de suas funções. Em 2011, foram 3.441 trabalhadores lesionados em ambiente de laboral. Ontem, representantes de entidades empresariais e sindicais assinaram um protocolo de compromisso de aplicação do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho no Amazonas, durante o Seminário Estadual do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, na sede da Suframa.

O Plano Nacional é fruto do

Decreto nº 7.602, de novembro de 2011, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalho. Foram definidos objetivos e diretrizes e a partir da legislação se criou o plano. Na atual fase, cada Estado irá instalar as normativas com o auxílio de Ministérios como o do Trabalho, Emprego e Previdência Social.

O projeto nacional prevê que as ações de cada um dos oito objetivos sejam executadas em prazos diferentes, sendo assim, não tem como estabelecer quando estará funcionando em sua totalidade. Ações de curto prazo, por exemplo, deverão ser implantadas no prazo de seis meses a um ano e meio, ações de longo prazo serão instaladas no período de quatro anos e um mês a oito anos, e haverá ações permanentes.



Protocolo foi assinado entre representantes de órgãos públicos e de 19 entidades

Entre os objetivos está a inserção no Ensino Fundamental de uma disciplina sobre segurança e saúde no trabalho e ações governamentais de prevenção,

assistência, reabilitação e reparação da saúde do trabalhador.

SITUAÇÃO

Enquanto o plano não é colocado

Pontos

Discussão sobre trabalho continua

❖ Após a assinatura do protocolo, foi dado início ao Seminário Estadual do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho. ❖ O evento termina hoje, lembrando o Dia Nacional de Prevenção a Acidentes de Trabalho. Representantes patronais e dos trabalhadores discutem o tema junto com instituições públicas, no auditório da Suframa.

❖ O evento é aberto ao público, mas destinado a profissionais do segmento.

em prática, trabalhadores continuam sendo lesionados. As maiores ocorrências são nas fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM) e na construção civil. Segundo a Superintendência Regional do Trabalho no Amazonas, os membros mais afetados por doenças ou acidentes são mãos, pés e ombros.

De acordo com o chefe do Serviço de Benefícios do INSS no Amazonas, Vitor Orsini, em 2011, foram concedidas 25 pensões por morte, este ano quatro. No ano passado foram aprovadas 126 aposentadorias por invalidez; este ano 69. Quanto ao auxílio-doença foram concedidos 3.441 em 2011, enquanto que este ano foram aprovados 1.496 auxílios.

Na avaliação do procurador do Ministério Público do Trabalho (MPT), Jorsinei Dourado do Nascimento, há industriários morrendo no PIM. O Juiz do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Jander Tavares, disse que este é momento para se discutir o tema. "Julgamos o mérito sem nos colocar no lugar do trabalhador lesionado ou que terá todo seu futuro marcado por um acidente no trabalho e aí se tem uma intransigência moral".

Segundo semestre Sefaz prevê queda na arrecadação

Estimativa do fisco é de que receita tributária deste mês – R\$ 540 milhões – seja menor que junho

A Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) estima que a arrecadação deste mês e de agosto deverá apresentar queda em relação à situação de crise do polo de duas rodas. A expectativa é que o fisco recolha ao menos a meta prevista para julho que é

de R\$ 540 milhões, menor que a arrecadação de junho (R\$ 639 milhões). "Mês passado conseguimos bater o recorde devido a um crédito a mais vindo da importação do petróleo frente a alta do dólar", explicou o secretário da Sefaz, Isper Abraham.

O secretário acrescentou que, apesar do atual cenário, a meta é chegar aos 540 milhões. "Para isso contaremos com a alta do dólar (que ontem fechou em R\$ 2,02) e com a injeção no comércio devido ao pagamento de 50% do 13º salário aos servidores es-

taduais. Foi liberado recursos na ordem de R\$ 110 milhões".

Na avaliação do diretor do Departamento de Arrecadação da Sefaz, Gilson Nogueira, o recorde na arrecadação de junho de R\$ 639 milhões, frente a R\$ 522 milhões no mesmo período em

Busca rápida



Veja a fatia de cada imposto

A Receita do primeiro semestre do ano é 10,42% maior se comparada sazonalmente com a de 2011. O ICMS responde por 93% da arrecadação, o IPVA e IRRF, cada um, por 3%, e o ITCMD e as taxas, individualmente, por 0,5%.

2011, não pode ser tomada como parâmetro para os meses de julho e agosto. "Tivemos crédito apropriado do setor de combustível, que alavancou a arrecadação e, se houver um novo crédito do setor neste e no próximo mês, podemos ter surpresa". Entretanto, ele reafirmou que a Sefaz prefere manter uma meta baixa, mas possível de se alcançar.

O polo de duas rodas reduziu a produção de motos em 10% devido à falta de crédito por parte dos bancos. Como consequência, já foram demitidas 2 mil pessoas.

Atingidos pela cheia

Lojistas querem estender prazo para pagar ICMS

Mais de 7,5 mil empresas se beneficiaram com a prorrogação do imposto, acumulado em R\$ 18,4 mi

LUANA GOMES

luana.gomes@acritica.com.br

Às vésperas do recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) referente aos meses de maio e junho, os lojistas atingidos pela cheia de níveis históricos se preparam para pleitear a extensão do prazo. Mais de 7,5 mil empresas obtiveram a prorrogação do recolhimento por dois meses, sendo 32 em Manaus e o restante nos 61 municípios do Estado, segundo levantamento da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). Com o fim do benefício, os cofres públicos do Estado devem abocanhar R\$ 18,41 milhões.

O secretário de Estado da Fazenda, Isper Abraham, antecipou que não há probabilidade deste benefício ser prolongado. "Não tem nada sendo cogitado nesse sentido. A medida deu uma substancial ajuda", frisou.

Com valores sem correção, juros e multas, as empresas da capital e do interior devem pagar o montante de R\$ 18,41 mi-

Saiba mais

>> Decreto estadual

Por meio do decreto nº 32.423, a medida governamental estendeu-se para os lojistas da capital a partir do dia 22 de maio. Desde o dia 19 de abril, comerciantes do interior do estado em calamidade pública já usufruíam do benefício, a partir dos decretos 32.294/2012 e 32.478/2012.

lhões, do qual as 32 empresas da capital somam R\$ 1,84 milhão, e outras 7,56 mil distribuídas por 61 municípios do Estado, adicionam R\$ 16,57 milhões.

APELO DAS ENTIDADES

O presidente da Associação Comercial do Amazonas (ACA), Ismael Bicharra, disse que a entidade deve entrar em contato com o Governo do Estado para buscar o prolongamento do benefício. Segundo ele, os comerciantes conseguiram tomar um "fôlego" com a prorrogação, en-

Em números



tretanto, em virtude dos reflexos da enchente ainda permanecer na cidade - como a interdição das ruas do entorno da Praça da Matriz, no Centro -, as vendas continuam fracas. "A situação do Centro ainda não acabou. Só deve normalizar após a liberação das ruas", apontou, ao ressaltar que esta é uma promessa do Poder Executivo Municipal.

O presidente da ACA avaliou que, aproximadamente, 296 estabelecimentos em Manaus foram prejudicados com a enchente, sendo que 32 solicitaram a prorrogação à Sefaz. Bicharra explicou que a secretaria considera o CNPJ das empresas tabeladas e, apenas uma empresa pode ter mais de um estabelecimento ligado a rede. "Em torno de 100 comércios ainda precisam desta prorrogação", apontou.

Por outro lado, o presidente da Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas (FCDL), Ezra Benzion, disse que ainda não houve pedido formal de comerciantes para que o prazo seja estendido.

Nota fiscal eletrônica para o varejo

A partir de setembro, pelo menos nove empresas amazonenses devem participar da fase piloto do projeto da Sefaz referente à Nota Fiscal de Consumo Eletrônica (NFC-e). Além dos do Estado, parceiros estabelecidos no Acre, Sergipe, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e São Paulo participam da fase experimental.

Dentre as nove participantes dispostas a implantar a nova ferramenta estão: Lojas Bemol, Mirai Panasonic, Makro Atacadista e Top Internacional.

Segundo a Secretaria, com a compra do emissor de cupom fiscal, há um custo de aproximadamente R\$ 3,5 mil, assim como a demora na habilitação das máquinas junto a secretaria. A partir do novo sistema, a Sefaz avaliou que este processo será abolido, devido as transmissões de forma on-line.

Nos dias 28 e 29, representantes dos estados participantes discutem, na capital, os procedimentos que serão adotados.

A NFC-e tem como objetivo apresentar uma alternativa para os documentos fiscais existentes e fortalecer a fiscalização eletrônica do varejo.

Greve retém embarcações com insumos em Manaus

Sem fiscalização da Anvisa, seis embarcações com matéria-prima para indústria e combustíveis estão paradas nos portos

ANWAR ASSI
Equipe EM TEMPO

Uma semana após ser iniciada, a greve dos servidores da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) ameaça o abastecimento de combustível, matéria-prima para a indústria e até alimentos em Manaus. Isso porque, ao menos seis embarcações com esses insumos, oriundas de outras cidades brasileiras e do exterior, estão paradas nos portos da capital, sem receber fiscalização do órgão, o que impede que sejam descarregadas.

O diretor de políticas do Sindicato Nacional dos Servidores das Agências Nacionais de Regulação no Amazonas (Sinagências-AM), Altemir Belém, assegurou que a tendência é a situação piorar na próxima semana quando deverão chegar embarcações do Amapá, abastecidas com insumos para o Polo

Industrial de Manaus (PIM) e alimentos. Segundo ele, esses navios não terão prioridade e serão obrigados a aguardar na fila a liberação.

"Não tem servidor para fazer a fiscalização das embarcações. Por conta dessa situ-

REAÇÃO

Para garantir a liberação dos insumos, Cieam informou que pretende acionar a Justiça na próxima semana, ou solicitar do governo a substituição dos servidores da Anvisa que estão em greve

ação, existe a possibilidade de desabastecimento não só de combustível e gás natural, mas também de matéria-prima para o PIM e de alimentos. Nos próximos dias, a população deverá sentir os efeitos da paralisação dos servidores",

ressaltou Belém.

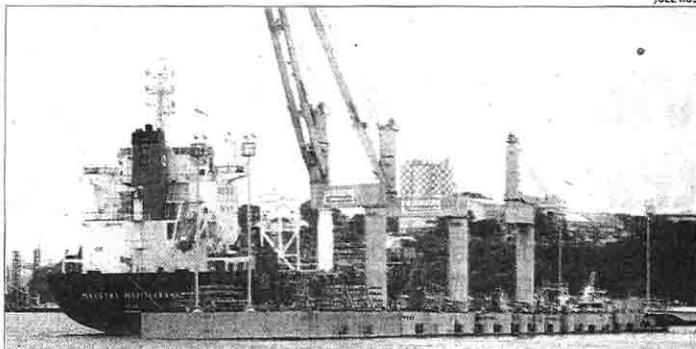
Conforme o Sinagência, a Anvisa no Amazonas conta com apenas 25 funcionários, dos quais 60% estão de braços cruzados.

O presidente do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Wilson Périco, destacou que, dependendo da situação nos próximos dias, as empresas irão recorrer à Justiça ou, então, solicitar do governo a substituição dos funcionários grevistas.

Na última quarta-feira, o governo federal publicou um decreto em que autoriza a substituição dos servidores federais em greve por equivalentes estaduais e municipais.

"Acho que temos condições de superar essa situação efetuando convênios com o intuito de dar continuidade às atividades da Anvisa", frisou Périco. Segundo ele, 70% da matéria-prima do PIM são transportadas por meio de embarcações.

JOEL ROSA



Situação pode piorar na próxima semana com a chegada de embarcações oriundas de Macapá

Desembaraço de cargas em pauta

Entidades que representam a indústria e o comércio do Amazonas se reuniram, ontem, com os chefes das inspetorias da Alfândega do porto e do aeroporto de Manaus.

Na ocasião, foram apresentados os números referentes ao despacho de importação das unidades. Segundo os dados, neste mês foram desembaraçadas 3,9 mil Decla-

rações de Importação (DIs) no porto e, até a última terça-feira, 104 ainda estavam em análise. No aeroporto, 4,3 mil DIs foram liberadas e 16 estão em análise.

Vítimas de acidentes, 7 mil trabalhadores buscam INSS

Grande parte dos trabalhadores parados, após ser vítimas de acidentes no ambiente de trabalho, é do Polo Industrial de Manaus e da construção civil

ISABELLA SIQUEIRA
Equipe EM TEMPO

Afetados pelos acidentes no ambiente de trabalho, mais de 7 mil trabalhadores amazonenses, a maioria do Polo Industrial de Manaus (PIM) e da construção civil, deram entrada em pedidos de aposentadoria no Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), só nos três primeiros meses deste ano, conforme o Ministério Públi-

co do Trabalho (MTE-AM). O procurador Jorsinei Nascimento, coordenador regional de Defesa ao Meio Ambiente de Trabalho, ressaltou que, do total de casos, há, aproximadamente, 750 procedimentos de investigação relacionados a acidente de trabalho somente na coordenadoria onde atua. "A maioria dos casos se concentra no polo de Manaus, onde há um registro muito grande de doenças ocupacionais, e na construção civil, com casos de queda e choque

elétrico", detalhou. Para criar medidas de prevenção aos acidentes, ontem, durante abertura do Seminário Estadual do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho no Amazonas, realizado no auditório da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), foi assinado o protocolo de intenções e termo de adesão ao Programa Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho. A partir de hoje, Tribunal

Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT), entidades sindicais e demais órgãos que atuam no combate a acidentes de trabalho avaliam medidas para a implantação do Fudacentro, uma entidade que atua em pesquisas voltadas para segurança e saúde dos trabalhadores em Manaus. Segundo a presidente do TRT, Valdeyra Thomé, a intenção das discussões é prevenir, por meio de ações concretas, os acidentes de trabalho em todos os setores.

ALTERNATIVA

NFC-e entra em teste em setembro no AM

A partir de setembro, a implantação da Nota Fiscal de Consumo Eletrônica (NFC-e), alternativa para substituir o cupom fiscal, entrará em fase piloto no Amazonas e em mais seis Estados, conforme a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-AM).

De acordo com informações da secretaria, a mudança terá como base os parâmetros da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), em vigor no país desde 2008. Embora não seja obrigatória a migração, os técnicos da Sefaz-AM acreditam que a maioria das empresas adote a nova ferramenta por conta das facilidades, entre elas o fortalecimento da fiscalização eletrônica do varejo.

Na última reunião do grupo de Estados da fase piloto, realizada em Porto Alegre, no dia 27 de junho, para acompanhar a evolução dos trabalhos e propor soluções, a iniciativa privada, que também participou das discussões, contribuíram com propostas de operacionalização do sistema de forma mais ágil e com menor custo.

Além do Amazonas, Sergipe, Maranhão, Acre, Mato Grosso e Rio Grande do Sul irão executar o projeto piloto em setembro.

Nessa fase, conhecida como homologação, serão feitos ajustes a fim de que a NFC-e possa entrar em processo de produção no mês de outubro.

Reunião

Nos dias 28 e 29 do próximo mês, representantes dos Estados que irão participar da homologação terão uma reunião técnica, em Manaus, para

MODELO

A mudança de cupom fiscal para Nota Fiscal de Consumo Eletrônica (NFC-e) terá como base os parâmetros da NF-e. Conforme a Sefaz, transação não será obrigatória

discutir os procedimentos que serão adotados na fase piloto.

Nove empresas amazonenses já se cadastraram para operar em parceria com a Sefaz-AM para implantar a nova ferramenta para o varejo. São as Lojas Bemol, Mirai Panasonic, Makro Atacadista, Atacado Attack, Grupo SB, Grupo Tapajós, Top Internacional, Comepi Cosméticos e Casa das Correias.

Estado deve arrecadar R\$ 18 milhões em ICMS

Montante é referente ao pagamento do imposto de 7,5 mil empresas que foram beneficiadas pela prorrogação do prazo por conta da cheia no Estado

ANWAR ASSI

Equipe EM TEMPO

A partir deste mês, a Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz) começará a recolher aos cofres públicos em torno de R\$ 18,4 milhões de mais de 7,5 mil empresas da capital e do interior que foram beneficiadas com a prorrogação do prazo de pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e

Serviços (ICMS), por conta dos impactos da cheia.

Do total, quase R\$ 1,8 milhão será cobrado de 32 empresas de Manaus, enquanto que aproximadamente R\$ 16,6 milhões do imposto prorrogado virão do interior. Segundo a Sefaz, o ICMS a ser recolhido é referente aos meses de maio e junho deste ano, e os valores serão pagos sem correção, juros e multas.

Conforme o órgão, a meta

é que até o dia 22 de agosto, caso não haja nova prorrogação, todos os comerciantes já tenham quitado seus débitos. "O governo cumpriu com o seu papel de ajudar. Com a volta da normalidade, o recolhimento do ICMS é retomado", explicou o titular da Sefaz, Isper Abraham.

A prorrogação do pagamento do ICMS para os municípios do interior foi estabelecida por meio de um decreto publicado,

no último dia 19 de abril, para amenizar os prejuízos dos comerciantes afetados pela cheia recorde de 2012. Em seguida, em 22 de maio, o governo publicou outro decreto estendendo a medida para a capital.

Na ocasião, a medida causou apreensão, uma vez que o ICMS representa em média 40% da receita de um município do interior, conforme dados da Associação Amazonense de Municípios (AAM).

Governo federal já investiu R\$ 324 bi na segunda etapa do PAC

▾ Obras em 909 quilômetros de rodovias foram concluídas



Apresentado ontem, **quarto balanço do programa do governo federal** aponta que já foram gastos 34% do previsto até 2014, que é de R\$ 955 bilhões

TEXTO Agências Brasil e Estado
FOTO Elza Fiúza/ABr

BRASÍLIA

O governo já investiu R\$ 324,3 bilhões em obras da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), o que significa que já foram gastos 34% do previsto até 2014, que é de R\$ 955 bilhões. O total de obras concluídas chegou a 29,8%.

Os números foram apresentados ontem pelo Ministério do Planejamento, no quarto balanço do programa do governo federal. Segundo o levantamento, o PAC 2 já concluiu obras em 909 quilômetros de rodovias e contabiliza mais 6.299 quilômetros de obras em andamento – sendo 2.100 quilômetros destinados a obras de duplicação e adequação e o restante a de construção e pavimentação. Ao todo, o eixo de transportes já recebeu R\$ 24,4 bilhões em investimentos.

A execução em 2012 é de R\$ 119,9 bilhões - 39% superior em re-

lação aos primeiros seis meses de 2011. O valor pago com recurso do Orçamento até 23 de julho de 2012 totalizou R\$ 19,7 bilhões, 32% a mais que o valor pago até 31 de julho de 2011. Já os empenhos realizados neste mesmo período tiveram aumento de 57%, totalizando R\$ 18,3 bilhões.

Segundo o Planejamento, o valor previsto de desembolso para obras concluídas é de R\$ 708 bilhões até 2014, o que corresponde a 74% do total. O restante será concluído após 2014, como a Usina Hidrelétrica de Belo Monte e o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

OS NÚMEROS

2.000.000

▾ **de moradias contratadas é a meta que o programa Minha Casa Minha Vida espera alcançar até 2014. Até agora as contratações somam 1,8 milhão.**

O Ministério destaca no documento que o crescimento da execução em 2012 evidencia que o PAC 2 entra em um ciclo mais acelerado das obras, após a fase de preparação de ações como planejamento, licenciamento, licitações e contratações, ocorridas em 2011.

Foram concluídas ainda 12 obras em aeroportos. Entre elas, o segundo Módulo Operacional, no aeroporto de Brasília, e a restauração das pistas do aeroporto de Curitiba, elevando em 8,4 milhões da passageiros por ano a capacidade dos aeroportos do País.

O eixo Água e Luz para Todos do PAC recebeu R\$ 2 bilhões. Segundo o governo, 286 mil famílias passaram a contar com luz elétrica e 383 empreendimentos foram concluídos para melhorar o abastecimento de água em grandes centros urbanos. O destaque em recursos hídricos foi a conclusão da Adutora do Oeste e 35 empreendimentos de esgoto sanitário e recuperação ambiental nas bacias dos rios São Francisco e Parnaíba.